



Relatório e Contas 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Factos Relevantes Ocorridos

Gerir em cenário de crise continuada, com tensões político-militares permanentes e mercados financeiros com níveis de volatilidade elevados, já é uma constante e não uma situação conjuntural.

O ano de 2015 foi mais um exercício onde a incerteza imperou e onde vivemos, ora esperançados face ao efeito esperado que o *quantitative easing* europeu iria ter na economia europeia e logo nos mercados, ora muito apreensivos pelas diversas crises vividas ao longo do ano: Grécia; Síria; surto migratório; China; mercados emergentes; petróleo; dívida pública; mercados acionistas; escândalo *Volkswagen*; atentados terroristas em França; crise Turco-Russa; eleições em Portugal; venda do Banif; impasse Novo Banco, etc.

Foi assim mais um ano fértil em factos e notícias da maior importância para os mercados financeiros, e onde se destacou o peso dos bancos centrais nas tentativas de resolução de algumas das crises. Infelizmente e no que respeita ao nosso país, as decisões relativas ao BANIF e ao Novo Banco, mais uma vez tiveram impacto negativo, ou nas contas públicas, ou nas contas dos particulares/investidores.

No que respeita à SGF e a três dos fundos geridos, a reclassificação de cinco emissões de dívida sénior BES do Novo Banco para o BES mau, foi geradora de imparidades com influência nos resultados da empresa. Já no respeitante ao BANIF, não houve nenhum impacto direto ou indireto.

2015 foi também *sui generis* no que respeita à evolução da taxa de juro da dívida pública da zona euro. O anúncio pelo BCE do programa de compra de dívida levou a taxa de juro a níveis mínimos em abril, situação que rapidamente se inverteu com a crise de maio/junho. Este tema bem como os que contribuíram para a evolução dos mercados, serão desenvolvidos no capítulo reservado aos mercados financeiros.

Em relação à estrutura organizativa, de realçar as mudanças verificadas na área Comercial e Marketing e na Gestão de Ativos, na primeira com a substituição do responsável, dado o anterior ter decidido mudar de atividade, na segunda com o reforço da equipa.

No decurso de 2015 a SGF (entre outras Sociedades Gestoras) foi objeto de uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária (SIT), relativamente a imposto de selo sobre as comissões de gestão e de subscrição de fundos de pensões dos anos de 2011 a 2014, da qual resultou imposto em falta no montante total de 100.107,89€.

A convicção dos nossos advogados e da generalidade das gestoras, assim como da APFIPP, suportadas por dois pareceres de especialistas em direito tributário, é que estamos perante um grave erro dos SIT, com base num parecer do Centro de Estudos Fiscais (CEF), que será facilmente provado em tribunal. Assim, dada a forte probabilidade das reclamações da SGF e das demais gestoras envolvidas, virem a ser deferidas, foi decidido considerar estarmos presente um passivo contingente, e como tal apenas referir a contingência no Anexo.

Relativamente aos detentores do capital da SGF, importa referir que a estrutura acionista sofreu uma alteração significativa, dado a posição acionista detida pela Carnegie Portugal, S.A. ter sido adquirida pelo SNQTB, o qual, após esta transação, ficou com 62,7% do capital da SGF.

Informamos também que se realizou em setembro de 2015 do nosso primeiro torneio de ténis de pares, o qual foi considerado um êxito pelos participantes e nossos parceiros, e permitiu que durante um fim-de-semana a nossa empresa fosse alvo da atenção da comunidade do CIF - Clube Internacional de Futebol.

Finalmente, aproveitamos este meio para felicitar as novas direções dos sindicatos nossos acionistas, SNQTB e SPAC, recentemente eleitas, a quem desejamos que os respetivos mandatos sejam repletos de êxitos.

Princípios Orientadores da SGF

Os nossos principais objetivos, numa lógica de continuidade, atendendo à natureza dos fundos geridos, à nossa missão e à nossa experiência, e numa perspetiva de médio/longo prazo, continuam a ser:

- A procura da maximização das rendibilidades dos fundos geridos, mantendo uma liquidez adequada e uma baixa volatilidade/risco;
- A total transparência dos nossos atos de gestão;
- O elevado rigor no cumprimento dos mandatos de gestão confiados pelos nossos clientes;
- A manutenção de uma política de investimento moderadamente conservadora, mas atenta às mutações dos mercados.

Desenvolvimento Organizacional

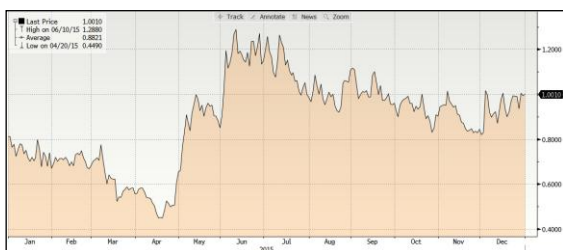
No ano em análise e no respeitante à estrutura organizativa, merece destaque o maior enfoque no desenvolvimento da atividade comercial, e na gestão de ativos.

Muito embora a estrutura da equipa comercial/marketing se mantenha, o que mudou foi o paradigma, logo a estrutura foi adequada aos novos objetivos. De modo a aumentar a capacidade de resposta face ao esperado aumento dos contactos dos clientes, foi criada uma estrutura de suporte com o apoio da área Atuaria e Administrativa.

Em relação à Gestão de Ativos, a admissão do novo elemento visou preencher uma lacuna e dotar a empresa de uma maior capacidade nesta área tão crucial da nossa atividade.

Gestão de Ativos - Mercados Financeiros em 2015

Foram vários os temas estruturantes em 2015, que afetaram sobremaneira a evolução dos mercados financeiros. O principal tema deverá ter sido, provavelmente, o início de um programa de estímulos (*Quantitative Easing*) de compra de ativos por parte do Banco Central Europeu.



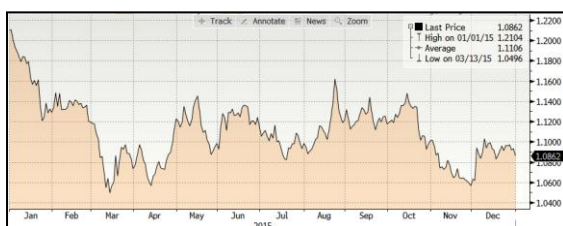
Taxa de Juro Euro de referência a 10 anos

A solução para a situação demorou vários meses a ser encontrada, tendo mesmo acabado por implicar a saída do Ministro das Finanças Grego, Yanis Varoufakis, do governo de Alexis Tsipras - tendo sido adotado um discurso mais moderado, que acabou por permitir uma solução de transição.

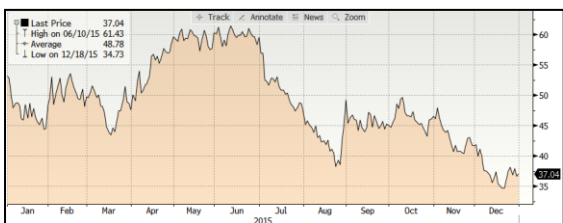
Talvez por influência de Bill Gross, o afamado gestor de fundos (que comentou então que a Dívida Alemã era a oportunidade de venda de uma vida), as obrigações de dívida pública europeia registaram uma queda abrupta de valor, levando a uma subida de taxas. Apesar de alguma recuperação, estes ativos não voltaram a registar os valores atingidos em Março.

Entretanto, a discrepância de expectativas para a economia europeia e americana (esta última em vias de encetar um movimento de subida de taxas) levava a que o câmbio do Euro/Dólar registasse mínimos não vistos há vários anos.

Este efeito poderia ter sido uma saudável ajuda para o objetivo do Banco Central, visto a fraqueza da moeda única ser um meio de gerar inflação.



Evolução do Câmbio Euro/Dólar



Evolução do Preço do Crude

A mera expectativa desse programa levou a que as taxas de juro da dívida pública europeia baixassem significativamente, logo desde o início do primeiro trimestre.

Esse movimento afetou também a dívida portuguesa, que registou taxas mínimas, e valorizações máximas, em Março, pouco antes de se dar uma inversão de tendência.

No entanto, alguma instabilidade começou a advir da Grécia, onde o novo governo liderado pelo Syriza encontrava sérias dificuldades nas negociações com os parceiros europeus. A

solução para a situação demorou vários meses a ser encontrada, tendo mesmo acabado por implicar a saída do Ministro das Finanças Grego, Yanis Varoufakis, do governo de Alexis Tsipras - tendo sido adotado um discurso mais moderado, que acabou por permitir uma solução de transição.

Talvez por influência de Bill Gross, o afamado gestor de fundos (que comentou então que a Dívida Alemã era a oportunidade de venda de uma vida), as obrigações de dívida pública europeia registaram uma queda abrupta de valor, levando a uma subida de taxas. Apesar de alguma recuperação, estes ativos não voltaram a registar os valores atingidos em Março.

Entretanto, a discrepância de expectativas para a economia europeia e americana (esta última em vias de encetar um movimento de subida de taxas) levava a que o câmbio do Euro/Dólar registasse mínimos não vistos há vários anos.

Este efeito poderia ter sido uma saudável ajuda para o objetivo do Banco Central, visto a fraqueza da moeda única ser um meio de gerar inflação.

No entanto, outro fator relevante contribuiu para a manutenção de níveis de inflação extremamente baixos na Europa, bem como nos EUA: a acentuada queda dos preços do petróleo.

Esta queda nos preços da matéria-prima fica indelevelmente ligada aos números pouco animadores que, em julho, revelaram um significativo abrandamento da economia chinesa, o que aliás teve também um impacto muito considerável nos mercados acionistas daquele país.

Não tardou que as preocupações com a economia chinesa contagiassem os demais mercados acionistas, levando a que a maioria dos índices perdesse mais de 8% em Agosto, num movimento que chegou a ser de mais de 15% em duas semanas - e anulando todos os ganhos alcançados até então - e que deixou os investidores em sobressalto para o resto do ano.

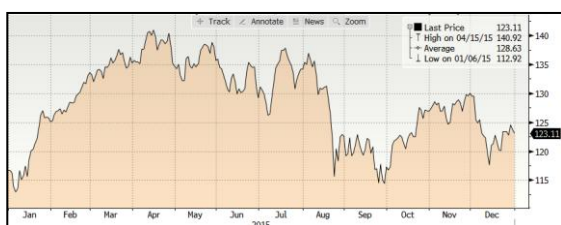
Agravando ainda o desempenho dos mercados acionistas, em Setembro estalou o escândalo com os mecanismos fraudulentos dos motores da fabricante alemã **Volkswagen**, que não só contagiou todo o setor automóvel como arrastou as ações europeias e globais para mais um mês vincadamente negativo, registrando-se mínimos do ano.

Entretanto, no início de setembro, realizaram-se eleições legislativas em Portugal, que acabaram por dar uma vitória à coligação PàF e ao anterior Governo, embora sem maioria absoluta dos deputados.

Esta configuração da Assembleia da República levou a que o Governo empossado pelo Presidente da República, liderado por Pedro Passos Coelho, encontrasse oposição maioritária na Assembleia da República, vendo o seu programa chumbado.

Desta forma, o líder do maior partido da oposição, António Costa do PS, foi convidado a formar governo, apresentando uma solução com apoio nos partidos à sua esquerda.

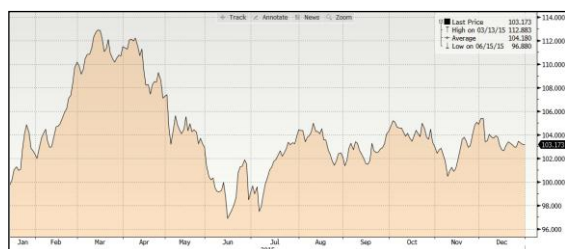
Dado o entorno que se avolumava na economia global, os bancos centrais voltaram a tomar papel preponderante: em outubro, não só o Banco Central Europeu deixou antever a discussão de novos estímulos na sua reunião de dezembro, como a Reserva Federal dos Estados Unidos pareceu adotar um tom mais cauteloso quanto a uma eventual subida de juros. Estas declarações ajudaram a uma forte recuperação nos meses de outubro e novembro.



Evolução do MSCI Europe (Ações Europeias)

Já em dezembro, e apesar de ter cortado adicionalmente a sua taxa de depósitos, o Banco Central Europeu desiluiu ao não aumentar os seus programas de compra de ativos, o que gerou a expectativa de o poder fazer em 2016. Já a Reserva Federal procedeu finalmente a uma primeira subida das taxas de juro, em 0,25%, terminando com um *tabu* que se arrastava há mais de um ano.

Em Portugal, o debate em torno do Orçamento de Estado começou a gerar polémica, dado o aumento da despesa com a devolução dos cortes de salários e pensões, levando a um aceso debate entre governo e oposição.



Preço da Obrigação do Tesouro a 10 anos

Apesar de toda essa celeuma, as taxas da dívida pública não mostraram grande reação, mantendo-se estáveis durante a maioria do último trimestre.

Também em Portugal, e no decurso do mês de dezembro, dois acontecimentos de relevo - e intimamente ligados ao setor da banca - tiveram lugar.

Primeiramente, e após alguns rumores noticiados pela imprensa, o **BANIF** acabou por ser intervencionado pelo Banco de Portugal, sendo vendido ao **Banco Santander**

Totta por 150 milhões de Euros numa operação relâmpago desencadeada a um domingo. Naturalmente, este desenlace, com um pesado ónus para as contas do Estado, levou a trocas de acusações entre Governo e oposição, com o Banco de Portugal no epicentro da discórdia.

Para agravar ainda a imagem do Banco de Portugal, apenas a alguns dias do final do ano a instituição liderada por Carlos Costa decidiu transferir cinco emissões selecionadas de dívida sénior do **Novo Banco** de volta para o perímetro do **BES**, o chamado banco mau.

A saída destes passivos do balanço do **Novo Banco** permitiu, nesta fase, repor os ratios de capital daquela instituição, que já vinha recebendo avisos da parte do Banco Central Europeu há largos meses.

Essa decisão implicou que os investidores dessas emissões vissem, de um momento para o outro, comprometidas as suas pretensões a receber os montantes investidos, levando a pesadas perdas no valor de negociação desses títulos. Vários investidores institucionais anunciaram a intenção de recorrer à justiça visando a anulação da decisão, enquanto as instituições competentes foram chamadas a determinar se a decisão constituía um evento de crédito.

Desenvolvimento Comercial

Seguindo as conclusões do documento “ Preparar a reforma é essencial” elaborado em setembro de 2015, a estratégia comercial da SGF teve como vetores fundamentais a oferta de Fundos de Pensões a empresas e PPR aos particulares.

Definindo-se como mercado alvo as pequenas e médias empresas cujo nível de satisfação no trabalho foi considerado bom ou muito bom, realizaram-se reuniões de apresentação e esclarecimento tendo resultado em algumas simulações que esperamos se concretizem em adesões em 2016.

Do mesmo modo, abordaram-se as associações profissionais, sensibilizadas para a questão da responsabilidade social, tendo sido concretizados dois protocolos (Associação Portuguesa dos Fisioterapeutas e Associação Portuguesa de Dietistas) e já em 2016 com a ACIF-Câmara do Comércio e Indústria da Madeira.

Esta linha de atuação irá continuar em 2016, alargando-se igualmente aos sindicatos e ordens profissionais, reforçando em todos os setores a componente de participação dos trabalhadores neste esforço de preparação para a reforma.

Dado que a SGF não possui balcões de venda, a nossa rede de agentes e mediadores são a linha da frente da venda de PPR, pelo que a sua motivação e dinamização por parte da área comercial da SGF foi o objetivo principal em 2015. A concretização do PPR específico SGF Stoik é resultado da parceria com a Gobusiness Finance e irá continuar em 2016.

Em 2015, o montante das subscrições atingiu o valor de 2,5 milhões de euros. Por seu lado, os resgates atingiram em igual período o valor de 1,6 milhões de euros.

Com a experiência obtida em 2015, a nossa aposta fundamental no mercado dos particulares assenta essencialmente em dois fundos, Garantido e Ações Dinâmico, sempre que possível numa combinação 80%/20% ou outra que se revele mais interessante para os clientes.

No mercado das empresas, os fundos serão o Empresas Prudente e Empresas Ações Dinâmico, tendo como referência as simulações efetuadas em 2015 e um conjunto de situações já abordadas que se tentará concretizar em 2016.

Relativamente ao Património Reforma e Empresas Equilibrado, o que se deve pretender para 2016 é a recuperação do capital, nomeadamente dos investidores que entraram em 2015 de modo a se poder avançar para uma remodelação da oferta de fundos da SGF.

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros

SGF Garantido	2013	2014	2015	Variação 2014/2015	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
  Fundo de Pensões sgf garantido	3.865	4.159	5.081	922	22,2%

Unidade: milhares de euros

Património Reforma	2013	2014	2015	Variação 2014/2015	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
  conservador	8.109	7.634	7.410	-223.99	-2,9%
  prudente	6.232	5.879	5.422	-457.1	-7,8%
  equilibrado	3.822	3.529	3.313	-216.13	-6,1%
  acções	2.203	2.034	2.050	15.629	0,8%
Total	20.366	19.076	18.194	-881.59	-4,6%

Unidade: milhares de euros

SGF Acções Dinâmico	2013	2014	2015	Variação 2014/2015	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
  Fundo de Pensões sgf acções dinâmico	428	529	717	188.399	35,6%

Unidade: milhares de euros

Empresas	2013	2014	2015	Variação 2014/2015	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 fpa empresas prudente	1.375	1.715	1.849	134	7.8%
 fpa empresas equilibrado	2.934	2.961	2.847	-114	-3.8%
 fpa empresas ações dinâmico	0	0	17	17	-
 sgf square ações	1.611	1.721	2.076	355	20.6%
Total	5.920	6.397	6.789	392	6.1%

No cômputo dos fundos abertos de empresas registou-se o crescimento em 7,8% do FPA Empresas Prudente por via das transferências internas oriundas do FPA Empresas Equilibrado. Por sua vez, o FPA Empresas Equilibrado registou um decréscimo de 3,8% por essa mesma via. Nos FPA Empresas registou-se a extinção da adesão coletiva Maiauto e a transferência da VGR para outra sociedade gestora.

Em termos de fundos de pensões fechados, o valor dos ativos sob gestão passou de 38,7 milhões de euros em 2014 para 37,4 milhões de euros em 2015, o que representa um decréscimo de 3,5%, em grande parte devido ao pagamento de pensões nos Fundos SCML, CIN e Solvay sem qualquer financiamento adicional. O decréscimo a que se assiste no Fundo Solvay não é alheio ao processo de despedimento coletivo pelo qual passou aquele grupo em Portugal (acesso à reforma antecipada pelos colaboradores que respeitavam as condições previstas de acesso a esse benefício e transferência das contas correntes dos participantes com direitos adquiridos para outros fundos de pensões).

Salientamos ainda a retransmissão de dívida sénior do Novo Banco para o BES, acontecimento que em muito prejudicou a rentabilidade do Fundo SCML, a qual era de 3,31% e após reconhecimento da imparidade, ficou em 0,61%.

Unidade: milhares de euros

Fundos Fechados	2013	2014	2015	Variação 2014/2015	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
SCML	12.015	11.203	10.082	-1.121	-10,0%
CIN	6.196	6.155	5.937	-218	-3,5%
OREY	841	1.311	1.311	0	0,0%
CHAMUSCA	631	654	660	6	0,9%
SOLVAY	9.249	8.734	8.508	-226	-2,6%
AR LIQUIDO	1.459	1.431	1.451	20	1,4%
SNQTB	5.545	5.472	5.562	90	1,6%
ECM	0	1.438	1.455	17	1,2%
GROUPAMA	2.324	2.318	2.394	76	3,3%
ROTHSCHILD	3.057	0	0	0	-
Sub-total	41.317	38.716	37.359	-1.357	-3,5%
Fundos Abertos					
PPRs	24.659	23.764	23.993	229	1,0%
EMPRESAS	5.920	6.397	6.789	392	6,1%
Sub-total	30.579	30.161	30.781	620	2,1%
Total	71.896	68.877	68.140	-737	-1,1%

Unidade: milhares de euros

Considerando o total de ativos sob gestão, a SGF registou assim um decréscimo de 1,1% tendo passado de 68,9 milhões de euros em 2014 para 68,1 milhões de euros em 2015.

Rendibilidades

	2013	2014	2015	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDOS FECHADOS				
SCML	2.84%	3.88%	0.61%	2.44%
CIN	3.96%	3.40%	0.28%	2.55%
OREY	3.83%	0.63%	1.98%	2.15%
SOLVAY	3.26%	3.80%	1.67%	2.91%
CHAMUSCA	2.05%	3.78%	1.01%	2.28%
AR LIQUIDO	2.35%	3.65%	2.51%	2.84%
SNQTB	2.38%	-1.01%	1.28%	0.88%
GROUPAMA	2.69%	3.56%	1.47%	2.57%
ECM	0.00%	0.00%	1.82%	0.61%
	2013	2014	2015	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDO PPR GARANTIDO	1.16%	2.15%	1.66%	1.66%
PATRIMÓNIO REFORMA CONSERVADOR	2.10%	2.04%	0.89%	1.68%
PATRIMÓNIO REFORMA PRUDENTE	2.83%	2.85%	-0.25%	1.81%
PATRIMÓNIO REFORMA EQUILIBRADO	3.74%	0.89%	0.55%	1.73%
PATRIMÓNIO REFORMA ACÇÕES	4.63%	1.89%	1.95%	2.82%
FUNDO PPR ACÇÕES DINÂMICO	3.62%	3.03%	7.51%	4.72%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS EQUILIBRADO	3.04%	-0.23%	-0.56%	0.75%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS PRUDENTE	0.56%	3.68%	0.42%	1.55%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS AÇÕES DINÂMICO	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
FUNDO ABERTO SGF SQUARE ACCÇÕES	0.08%	5.53%	1.11%	2.24%

As rendibilidades dos fundos foram genericamente positivas, com exceção de dois fundos, tendo porém ficado aquém dos nossos objetivos. A rendibilidade obtida pelo fundo fechado da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), apesar da imparidade relativa à retransmissão de dívida sénior do Novo Banco para o BES de 2.7%, ficou ainda assim positiva.

Área Administrativa e Atuarial

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF realçamos a publicação da lei 147/2015 de 9 de setembro que:

- Aprova o novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR);
- Aprova o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), salvo quando esteja especialmente prevista a aplicação de outro regime processual;
- Altera o Decreto -Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões.

Esta lei produz efeitos apenas a partir de 1 de janeiro de 2016.

Até 31 de dezembro de 2015 não houve publicação do Orçamento de Estado para 2016.

No entanto, e apesar de toda a conjuntura bastante adversa do país, mais concretamente, da atividade de gestão de fundos de pensões, o valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal ascendeu a 18 mil milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 3,1% face ao final de 2014, segundo dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 2015 observámos uma maior disponibilidade financeira por parte de alguns dos nossos associados dos fundos no normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos fundos de pensões, facto que atribuímos à situação financeira vivida pelas empresas portuguesas, que se encontram pressionadas por necessidades de liquidez, por este motivo registámos, nos fundos de pensões fechados e nas adesões coletivas a fundos de pensões abertos, um crescimento inferior ao esperado.

Ao nível do ranking das gestoras a SGF termina o ano na 11.^a (penúltima) posição. Continua a verificar-se uma forte concentração dos fundos de pensões nas 7 principais gestoras, que representam 95,3% do total dos fundos geridos, sendo que uma grande parte desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos.

Resultados

Unidade: euros

Resultados	2015	2014	Variação
Serviços prestados	665.392	699.145	-33.752
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. Conjuntos	2.389	-16.904	19.293
Fornecimentos e serviços externos	-271.558	-281.752	-10.194
Gastos com o pessoal	-458.639	-427.654	30.985
Provisões (aumentos/reduções)	5.122	123.011	-117.889
Aumentos/ reduções de justo valor	-2.073	-41.237	-39.165
Outros rendimentos e ganhos	132.091	102.683	29.407
Outros gastos e perdas	-56.095	-165.246	-109.151
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-19.454	-18.373	1.082
Resultado operacional	-2.824	-26.326	-23.502
Resultados antes de impostos	-2.824	-26.326	-23.502
Imposto sobre o rendimento do período	-15.885	-35.763	-19.878
Resultado líquido do período	-18.709	-62.089	-43.380

Muito embora o nível de atividade continue abaixo do ponto crítico, de realçar a evolução positiva do resultado líquido, o qual foi mesmo assim prejudicado em cerca de 32.357€, pela já anteriormente referida decisão do Banco de Portugal quanto às obrigações sénior do BES.

De realçar que uma parte significativa das rubricas de resultados continua a apresentar uma evolução positiva face ao período homólogo anterior, o que por si só prova que as decisões de gestão levadas a cabo pela administração da empresa têm sido as adequadas.

As variações que contribuíram para a melhoria dos resultados foram:

- aumento dos ganhos de subsidiárias;
- diminuição dos fornecimentos e serviços externos;
- diminuição das reduções de justo valor
- aumento dos outros rendimentos e ganhos;

As variações que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição das comissões de gestão (efeito BES);
- aumento dos gastos com o pessoal;
- aumento dos outros gastos e perdas, líquidos de reduções de provisões;
- aumento dos gastos de depreciação e amortização.

Margem de Solvência

	2015	2014	Variação
Margem a Constituir	800.000	800.000	---
Elementos de Cobertura	1.154.761	1.172.217	-17.456
Excedente de Cobertura	354.761	372.217	-17.456
Taxa de Cobertura	144,35%	146,53%	-2,18%

A diminuição da taxa de cobertura da Margem de Solvência está relacionada com o Resultado Líquido do exercício que foi negativo, continuando no entanto a ser muito positiva e reveladora de um excelente nível de cobertura.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto dos resultados líquidos serem negativos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados: -18.708,79 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 522.058,96 euros.

Perspetivas futuras

Relativamente à atividade comercial, achamos terem sido dados passos decisivos em 2015 cujo resultado já começou a ser sentido no início de 2016. A mudança de paradigma e a ênfase dada à empresa enquanto especialistas na gestão privada de reformas, bem como todo o trabalho efetuado junto das pequenas e médias empresas e do setor associativo, permitirá o nosso relançamento comercial, e estamos certos que também contribuirá para o aumento da nossa notoriedade.

Destacamos o protocolo já assinado com a ACIF-Associação Comercial e Industrial do Funchal, um conjunto alargado de contactos já efetuados, e o início da comercialização do PPR SGF Stoik Ações, como indiciadores da perspetiva de desenvolvimento comercial da SGF.

Para além do atrás referido, importa acrescentar que a nova Direção do SNQTB, já informou estar disponível para participar ativamente no desenvolvimento comercial da SGF, tal como a nova Direção do SPAC, através do seu representante neste Conselho de Administração, informou estar disponível para nos apoiar relativamente à gestão de um fundo de pensões que inclua os pilotos não abrangidos pelo sistema existente.

A disponibilidade manifestada pelo nosso principal acionista, de permitir a entrada no capital de uma empresa de referência na área da gestão de ativos, permitir-nos-á potenciar o negócio e aumentar a nossa competência nessa área, o que se nos afigura indispensável dada a crescente complexidade dos mercados.

Em suma, é com renovada esperança que enfrentamos o futuro, certos que este ano em que completamos 28 anos de atividade, será muito importante na história desta empresa.

Considerações Finais

Após o termo do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2015 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

- Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de reformas;
- Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;
- À ASF, à CMVM e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;
- Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;
- Aos membros do Comité de Investimentos pelo apoio prestado na área da gestão de ativos;
- Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;
- A todos os nossos colaboradores pelo empenho e pela dedicação à SGF, deixando aqui também uma palavra de reconhecimento e de saudade à Dra. Margarida Pinheiro pelos 23 anos em que esteve connosco;

Neste último ano do mandato 2012-2015, o nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da nossa empresa.

Lisboa, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Em conformidade com o n.º 4 do Art. 448.º do Código das Sociedades Comerciais
Titulares detentores de, pelo menos, um décimo do capital social

SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS: 62.716%

GROUPAMA SA: 19,316%

SINDICATO DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL: 11.2050%

Lisboa, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

DECLARAÇÃO SOBRE POLITICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela *Assembleia Geral* e aplicadas às situações concretas pelo *Conselho de Administração*, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - A) Apenas tem direito a remuneração o Administrador Executivo da Sociedade;
 - B) A remuneração do Administrador Executivo tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho e Novembro correspondente aos subsídios de férias e Natal;
 - C) A remuneração do Administrador Executivo é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - D) No termo das suas funções tem o Administrador Executivo direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida das férias e dos subsídios de Natal e férias eventualmente não pagos e da parte proporcional dos mesmos, relativamente ao ultimo ano de funções;
 - E) A SGF não procedeu durante o ano de 2015 ao pagamento de quaisquer indemnizações, nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - F) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores.
 - G) O Administrador Executivo tem direito a um plano de pensões de acordo com os critérios enunciados para a generalidade dos trabalhadores;
 - H) Os restantes membros do órgão de administração auferem senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 3) A remuneração do Fiscal Único não integra qualquer componente variável tendo sido estabelecida nas condições do contrato de prestação de serviços, previsto legalmente, para o respetivo mandato, a qual poderá ser atualizada sendo paga trimestralmente.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - A) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho e Novembro correspondente aos subsídios de férias e Natal, com exceção do responsável comercial que auferir também uma remuneração variável;
 - B) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - C) Os colaboradores com uma assiduidade igual ou superior a 90% têm direito a uma gratificação extraordinária anual, a qual é atribuída em função da rendibilidade média do capital próprio e de objetivos específicos para as chefias e situações especiais e em função da rendibilidade média do capital próprio para os restantes colaboradores,
 - D) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões

prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;

- E) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Lisboa, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Índice das demonstrações financeiras

Balanço.....	1
Demonstração dos resultados	2
Demonstração da alteração dos capitais próprios	3
Demonstração de fluxos de caixa	4
Anexo às demonstrações financeiras.....	5
1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	5
4 FLUXOS DE CAIXA.....	10
5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS	10
6 PARTES RELACIONADAS	11
7 ATIVO FIXO TANGÍVEL.....	11
8 ATIVO INTANGÍVEL	12
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	13
10 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	14
11 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	15
12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	16
13 CLIENTES	17
14 OUTRAS CONTAS A RECEBER	17
15 DIFERIMENTOS ATIVOS	17
16 CAPITAL REALIZADO	17
17 RESERVAS LEGAIS	18
18 OUTRAS RESRVAS.....	18
19 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	18
20 RESULTADOS TRANSITADOS	18
21 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.....	18
22 FORNECEDORES.....	19
23 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS.....	19
24 OUTRAS CONTAS A PAGAR	20
25 RÉDITO	20
26 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	20
27 GASTOS COM O PESSOAL	21
28 AUMENTOS/REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	21
29 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	22
30 OUTROS GASTOS E PERDAS	22
31 EVENTOS SUBSEQUENTES	22
32 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	22

Balanço

(Euros)

		31 de Dezembro	
	Nota	2015	2014
Activo			
Não corrente			
Activo fixos tangíveis	7	68.779,05	78.019,82
Activos intangíveis	8	1.658,74	2.911,41
Part. Financeiras -método de equivalência patrimonial	9	391.114,45	388.725,54
Outros activos financeiros	11	27.332,72	35.429,90
Activos por impostos diferidos	12	465,91	1.336,58
Total activo não corrente		489.350,87	506.423,25
Corrente			
Clientes	13	108.909,42	170.314,48
Estado e outros entes públicos	23	1.189,36	301,74
Outras contas a receber	14	8.254,60	4.523,45
Diferimentos	15	22.444,61	16.332,56
Activos financeiros detidos para negociação	10	30.709,35	100.515,01
Outras activos financeiros	11	199.999,99	150.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	438.105,94	352.300,18
Total activo corrente		809.613,27	794.287,42
Total do activo		1.298.964,14	1.300.710,67
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	16	1.500.000,00	1.500.000,00
Reservas legais	17	99.403,66	99.403,66
Outras reservas	18	15.966,59	15.966,59
Ajustamentos em activos financeiros	19	63.108,46	80.012,45
Resultados transitados	20	(503.350,17)	(458.165,26)
		1.175.128,54	1.237.217,44
Resultado líquido do período		(18.708,79)	(62.088,90)
Total do capital próprio		1.156.419,75	1.175.128,54
Passivo			
Não corrente			
Provisões	21	2.740,73	7.862,22
Passivos por impostos diferidos	12	-	-
		2.740,73	7.862,22
Corrente			
Fornecedores	22	10.478,21	4.269,25
Estado e outros entes públicos	23	23.206,84	25.119,40
Outras contas a pagar	24	106.118,61	88.331,26
		139.803,66	117.719,91
Total do passivo		142.544,39	125.582,13
Total do capital próprio e do passivo		1.298.964,14	1.300.710,67

As notas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de resultados

(Euros)

	Nota	Exercício	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	25	665.392,49	699.144,97
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	9	2.388,91	(16.903,99)
Fornecimentos e serviços externos	26	(271.557,71)	(281.751,80)
Gastos com o pessoal	27	(458.638,56)	(427.653,70)
Provisões (aumentos/reduções)	21	5.121,58	123.010,78
Aumentos/ reduções de justo valor	28	(2.072,54)	(41.237,30)
Outros rendimentos e ganhos	29	132.090,76	102.683,27
Outros gastos e perdas	30	(56.094,70)	(165.245,65)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16.630,23	(7.953,42)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(19.454,38)	(18.372,53)
		(19.454,38)	(18.372,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.824,15)	(26.325,95)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		(2.824,15)	(26.325,95)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(15.884,64)	(35.762,95)
Resultado líquido do período		(18.708,79)	(62.088,90)

As notas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da alteração dos capitais próprios

(Euros)

Nota	Atribuível aos accionistas					Resultado líquido do período	Total
	Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros		
A 1 de Janeiro de 2014	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(256.026,24)	69.575,90	(190.468,71)	1.238.451,20
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-			-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(202.139,02)	10.436,55	190.468,71	(1.233,76)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	(202.139,02)	10.436,55	190.468,71	(1.233,76)
Resultado líquido do período						(62.088,90)	(62.088,90)
Resultado integral	-	-	-			128.379,81	(63.322,66)
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(458.165,26)	80.012,45	(62.088,90)	1.175.128,54
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				(45.184,91)	(16.903,99)	62.088,90	-
	-	-	-	(45.184,91)	(16.903,99)	62.088,90	-
Resultado líquido do período						(18.708,79)	(18.708,79)
Resultado integral	-	-	-			43.380,11	(18.708,79)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2015	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(503.350,17)	63.108,46	(18.708,79)	1.156.419,75

As notas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de fluxos de caixa

(Euros)

Notas	Dezembro	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	641.089,65	659.990,17
Pagamentos a fornecedores	(221.871,92)	(264.483,38)
Pagamentos ao pessoal	(460.339,56)	(451.788,78)
Caixa gerada pelas operações	(41.121,83)	(56.281,99)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(15.143,41)	(11.794,75)
Outros recebimentos/ pagamentos	(19.042,31)	(97.273,02)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	<u>(75.307,55)</u>	<u>(165.349,76)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(6.787,27)	(75.676,53)
Ativos intangíveis	(2.735,52)	(2.735,52)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	170.004,00	14.771,59
Dividendos	632,10	3.515,90
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	<u>161.113,31</u>	<u>(60.124,56)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos e similares	-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	85.805,76	(225.474,32)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	352.300,18	577.774,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>438.105,94</u>	<u>352.300,18</u>
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Descobertos bancários	-	-
Depósitos bancários	437.105,94	351.300,18
Outras aplicações de tesouraria	-	-
4	<u>438.105,94</u>	<u>352.300,18</u>

As notas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A empresa SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, foi constituída em 29/2/1988 e tem a sua sede social na Rua Laura Alves, 12 - 2º Dtº, em Lisboa. A sociedade desenvolve a sua actividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de Dezembro de 2015 constituída por nove fundos fechados, três fundos abertos e por seis fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 dos referidos fundos, são os seguintes (milhares de euros):

	2015	2014
Fundos fechados	37.359,06	38.716,18
Fundos abertos	6.788,85	6.396,82
Fundos representados por PPR	23.992,57	23.764,15
	<u>68.140,48</u>	<u>68.877,15</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 17 de março de 2016. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-geral de accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2 Investimento financeiro na empresa subsidiária

O investimento na empresa subsidiária está registado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas

inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da sociedade nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da sociedade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Existindo indícios objectivos de que o investimento financeiro possa estar em imparidade, é feita a correspondente avaliação, sendo registada como gasto na demonstração dos resultados, a perda por imparidade que se demonstre existir.

Ainda segundo o método da equivalência patrimonial, se a proporção da sociedade nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária exceder o valor pelo qual o investimento se encontra registado, este será reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa subsidiária não for positivo, excepto se a sociedade tiver assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a tais obrigações.

3.3 Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (acções e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são constituídos por obrigações não convertíveis, as quais são inicialmente registadas pelo respetivo custo de aquisição. Em cada data de relato, a mensuração destes ativos financeiros é efetuada ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

O custo amortizado é o montante pelo qual o ativo é mensurado no momento do reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efetivo, de qualquer diferença entre o montante inicial e o montante na maturidade. O rendimento ou o gasto dos juros, determinados em cada data de relato, são reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para esses ativos a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do activo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem 1.000 €, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, excepto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são susceptíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3-5

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efectuar a análise com o objectivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás exposto.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos.

3.8 Clientes e outras contas a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída corresponde ao valor presente da obrigação assumida pela sociedade, em garantir em alguns produtos da gama PPR, uma determinada taxa de

valorização. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o valor do compromisso e o valor estimado da valorização dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos do vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Benefícios pós-emprego

O Plano de pensões da SGF foi transformado, durante o ano de 2012, num plano de contribuição definida. Esta transformação ocorreu em duas fases, inicialmente o plano de benefício definido manteve-se para o único pensionista existente, mas após o óbito do mesmo durante o ano 2012, o plano de benefício definido foi extinto.

O reconhecimento e mensuração dos benefícios pós-emprego seguem as normas internacionais estabelecidas na IAS 19, correspondendo o custo neste tipo de planos ao valor da contribuição definida no plano de pensões suportado durante o ano.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros;
- Comissões auferidas ao abrigo de contratos de resseguro.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da sociedade receber o correspondente montante.

3.12 Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospectiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As depreciações dos ativos fixos tangíveis e as amortizações dos ativos intangíveis foram calculadas com base na estimativa de períodos de vida útil, que se consideraram realistas;
- A estimativa que deu origem à constituição da provisão para garantia da taxa de valorização do PPR - Património Reforma Conservador, baseia-se em pressupostos de taxas de rendimento dos ativos em anos futuros;

3.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida por a sua rotação ser rápida.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2015	2014
Numerário		
- Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	437.105,94	351.300,18
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	438.105,94	352.300,18

5 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Para além do que se descreve nos parágrafos seguintes, não se verificaram outras alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6 Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a actual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo ou seja o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por cinco acionistas, um dos quais detém 62,72% do mesmo.

A sociedade detém uma participação de 100% na subsidiária SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão

A gestão da sociedade pertence ao Conselho de Administração, que é constituído por cinco administradores. Um desses administradores auferir uma remuneração fixa mensal e os restantes são remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações	57.400,15	58.516,64
Senhas de presença	4.800,00	4.950,00
	<u>62.200,15</u>	<u>63.466,64</u>

6.3. Transações entre partes relacionadas

Em 2015 existem transações com partes relacionadas:

SNQTB - 67,87. Trata-se de uma prestação de serviços,
MIS - 5.461,94. Trata-se de uma mediadora que é detida a 100% pelo SNQTB (acionista que tem o controlo desta sociedade)

7 Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	87.567,84	45.720,76	133.288,60
Depreciações acumuladas iniciais	(50.086,85)	(3.289,93)	(53.376,78)
Perda por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
Aquisições	2.988,86	3.798,41	6.787,27
Depreciações do exercício	(9.455,65)	(8.464,39)	(17.920,04)
Perda por imparidade do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abate no imobilizado	-	-	-
Abate no imobilizado -depreciações	-	-	-
Saldo final líquido	31.014,20	37.764,85	68.779,05

Descrição	2014		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	56.620,56	6.247,60	62.868,16
Depreciações acumuladas iniciais	(46.030,96)	-	(46.030,96)
Perda por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
Aquisições	36.201,88	39.473,16	75.675,04
Depreciações do exercício	(9.353,97)	(5.138,45)	(14.492,42)
Perda por imparidade do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abate no imobilizado	(5.254,60)	-	(5.254,60)
Abate no imobilizado -depreciações	5.254,60	-	5.254,60
Saldo final líquido	37.437,51	40.582,31	78.019,82

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As depreciações do exercício, no montante de €17.920,04 (€14.492,42 em 2014), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização. As aquisições de outros ativos fixos, estão relacionados com obras efectuadas no escritório da rua Laura Alves. As depreciações serão efectuadas no prazo de cinco anos, que é a duração do contrato.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2015.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015	
	Programas computador	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	107.664,65	107.664,65
Aquisições	281,67	281,67
Saldo final	107.946,32	107.946,32
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	(104.753,24)	(104.753,24)
Amortizações do exercício	(1.534,34)	(1.534,34)
Saldo final	(106.287,58)	(106.287,58)
Ativos líquidos	1.658,74	1.658,74
	2014	
	Programas computador	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	104.929,13	104.929,13
Aquisições	2.735,52	2.735,52
Saldo final	107.664,65	107.664,65
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	(100.873,13)	(100.873,13)
Amortizações do exercício	(3.880,11)	(3.880,11)
Saldo final	(104.753,24)	(104.753,24)
Ativos líquidos	2.911,41	2.911,41

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.5. As amortizações do exercício, no montante de €1.534,34 (€3.880,11 em 2014), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização.

Não se verificaram abates no ativo intangível no ano de 2015.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9 Participações financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, foi o seguinte:

Método de equivalência patrimonial

	2015	2014
Saldo no início do ano	388.725,54	405.629,53
Outros movimentos nas participações	2.388,91	(16.903,99)
Saldo no final do ano	391.114,45	388.725,54

Em ambos os exercícios, o montante das “Outros movimentos nas participações” corresponde ao ajustamento efetuado na participação, referente à quota-parte no resultado da participada.

Não foram registadas perdas de imparidade, em qualquer dos exercícios, relativamente às participações financeiras, por se considerar desnecessário.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 a sociedade evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

31-12-2015						
Activo	Passivo	% Detida	Capital Próprio	Total rendimento	Resultado líquido	Quantia escriturada
391.114,45	0,00	100%	391.114,45	10.407,13	2.388,91	2.388,91

31-12-2014						
Activo	Passivo	% Detida	Capital Próprio	Total rendimento	Resultado líquido	Quantia escriturada
388.725,32	0,00	100%	388.725,32	6.142,68	(16.903,99)	(16.903,99)

As referências da subsidiária A são as seguintes:

SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda.
Rua Laura Alves, 12 - 2º Dtº em Lisboa

A sociedade não apresenta contas consolidadas por estar legalmente dispensada.

10 Ativos financeiros detidos para negociação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2015			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	100.515,02	-	100.515,02
Aquisições	5.456.997,95	-	5.456.997,95
Alienações	(5.543.554,96)	-	(5.543.554,96)
Outras variações	16.751,34	-	16.751,34
	30.709,35	-	30.709,35

Métodos de mensuração 31-12-2014			
	Justo Valor	Custo	Total
Saldo inicial	188.499,16	-	188.499,16
Aquisições	553.047,40	-	553.047,40
Alienações	(588.870,67)	-	(588.870,67)
Outras variações	(52.160,87)	-	(52.160,87)
	100.515,02	-	100.515,02

11 Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2015			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	185.429,90	-	185.429,90
Aquisições	1.899.302,15	-	1.899.302,15
Alienações	(1.853.947,92)	-	(1.853.947,92)
Outras variações	(3.451,42)	-	(3.451,42)
	227.332,71	-	227.332,71

Métodos de mensuração 31-12-2014			
	Justo Valor	Custo	Total
Saldo inicial	132.023,83	-	132.023,83
Aquisições	50.000,00	-	50.000,00
Alienações	-	-	-
Outras variações	3.406,07	-	3.406,07
	185.429,90	-	185.429,90

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

	2015	2014
Ativo não corrente		
Unidade de participação (a)	27.332,72	35.429,90
Ativo corrente		
Papel comercial (b)	199.999,99	150.000,00
Total	227.332,71	185.429,90

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pelo título Imosocial, SEB Immoinvest, UBS 3 Kontinente Immobilien

(b) O valor do ativo corrente é constituído pelo Papel Comercial Conduril 9ª emissão e Riberlves 1ª emissão

12 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A administração da sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €15.000,00 de lucro tributável e de 23% para a matéria colectável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, tem o seguinte detalhe:

	2015	2014
Resultado líquido antes de impostos	(2.824,15)	26.325,95
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Otras variações patrimoniais	-	(8.465,30)
Soma	(2.824,15)	17.860,65
Correções relativas ao exercícios anteriores	561,86	114,41
Diferenças permanentes	(107.121,55)	(220.085,45)
Diferenças temporais	-	492,00
Prejuízos fiscais reportáveis	(109.383,84)	(201.618,39)
Matéria Colectável		
Tributações autónomas	15.013,97	13.137,02
Imposto corrente	15.013,97	13.137,02
Imposto diferido	870,67	22.625,93
Gasto com o imposto sobre o rendimento	15.884,64	35.762,95

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Outras diferenças temporárias	465,91	1.336,58	-	-
	465,91	1.336,58	-	-

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, tem o seguinte detalhe:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	1.336,58	25.358,29		162,02
Efeitos em resultados:				
Reforço Prov. Garantias a clientes	-	81,94		-
Reversão de Prov. Garantias a clientes	(199,46)	(22.502,53)		-
Ajustamentos Decreto-Lei 159/2009	-	(1.601,12)		(162,02)
Garantias atribuídas do período	(671,21)	-		-
	465,91	1.336,58	-	-

A correcção efectuada em 2014 a nível dos activos e passivos por impostos diferidos, visa ajustar os respectivos valores à taxa de IRC que irá vigorar a partir de 2014, que passou de 25% para 17%. Admite-se que se verifique, em anos subsequentes lucro fiscal que permita absorver os activos por impostos diferidos existentes nesta data.

13 Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

	2015	2014
Fundos de pensões	108.909,42	170.314,48
	108.909,42	170.314,48

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2016.

14 Outras contas a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

	2015	2014
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Juros decorridos(acréscimo de rendimentos)	841,78	1.079,17
Mediadores	345,22	345,22
Comissão de Gestão	3.814,41	-
Outros devedores	(a) 3.253,19	3.099,06
Outras contas a receber	8.254,60	4.523,45

(a) Na rubrica de outros devedores está contemplado o valor de €653,19 que diz respeito a adiantamentos ao pessoal.

15 Diferimentos ativos

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2.600,00	2.600,00
Seguros	13.442,45	10.552,53
Outros gastos diferidos	6.402,16	3.180,03
Gastos a reconhecer	22.444,61	16.332,56

16 Capital realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado e é constituído por 300.000 acções nominativas, com o valor nominal de 5 €. Em 31 de Dezembro de 2015 o capital subscrito é detido por:

	2015		
	% de acções	Número de acções	Capital Social
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	62,72%	188.148	940.740,00
Groupama, SA	19,32%	57.947	289.735,00
Sindicato dos Pilotos da aviação Civil	11,21%	33.615	168.075,00
União de Sindicatos Independentes	5,00%	15.000	75.000,00
Growth value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,76%	5.290	26.450,00
Capital Social	100%	300.000	1.500.000,00

As 57.947 ações detidas pela Carnegie Portugal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, foram adquiridas em setembro de 2015 pelo Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários.

17 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2015 e 2014 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18 Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2015 e 2014 encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19 Ajustamentos em ativos financeiros

Os saldos registados nesta conta, nos exercícios de 2015 e 2014, dizem respeito aos ajustamentos relativamente à mensuração da participação financeira na subsidiária SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda, pelo método da equivalência patrimonial, como se detalha:

	2015	2014
Ajustamento de transição	(5.031,17)	(5.031,17)
Resultados não distribuídos	68.139,63	85.043,62
Total	63.108,46	80.012,45

O ajustamento de transição foi efetuado no ano em que se aplicou pela primeira vez o método da equivalência patrimonial; os resultados não distribuídos da subsidiária são anualmente reconhecidos nesta rubrica após deliberação da Assembleia-geral da aprovação das contas.

20 Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência das deliberações das Assembleias-gerais onde foram aprovadas as contas, inclusivamente no que respeita à participada, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta "Resultados Transitados", durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014. O movimento efetuado em ambos os exercícios encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

21 Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, tem o seguinte detalhe:

2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	7.862,22	-	(5.121,58)	2.740,64
Total	7.862,22	-	(5.121,58)	2.740,64

2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	138.130,00	482,00	(130.749,78)	7.862,22
Total	138.130,00	482,00	(130.749,78)	7.862,22

A SGF assume o risco de investimento com as garantias que foram atribuídas em determinados períodos nos seguintes produtos: PPR SGF Garantido, PPR Património Reforma Conservador, Fundo de Pensões Complementar de Reforma Específico e Fundo de Pensões Groupama. De acordo com o Relatório Risco de Investimento elaborado no final do exercício económico, constata-se que apenas em relação ao PPR Património Reforma Conservador, face as expectativas de evolução do valor do fundo, se estima que venha a ocorrer a necessidade de futuramente a SGF honrar essa garantia no montante de €2.740,64, valor este, que está reconhecido no balanço. A evolução face ao ano anterior de €5.121,58 traduz-se numa reversão devidamente registada na demonstração de resultados.

b) A SGF foi alvo de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária (AT), em relação ao Imposto do Selo que, segundo a AT, é devido pelas comissões de gestão e de subscrição cobradas aos fundos em 4%. Nesta inspeção resultaram liquidações de Imposto de Selo que ascende ao valor de €100.107,89 relativos aos anos de 2011 a 2014. Face a esta situação a SGF está a diligenciar junto da AT, no sentido de fazer prova que a SGF não deve Imposto de Selo, pois é esse o entendimento do setor em que opera. A SGF, solicitou a AT a suspensão do processo de execução, nos termos do n.º 2 do artigo 169º do CPPT, apresentando um seguro caução no valor de €127.658,25. A opinião da generalidade das gestoras de fundos de pensões, assim como da APFIPP e da Sociedade de advogados que a SGF contratou, suportadas por dois pareceres de especialistas, aponta indubitavelmente no sentido de que o Imposto de Selo não é devido, motivo pelo qual a SGF não registou qualquer provisão.

22 Fornecedores

A empresa liquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as facturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

Não existem saldos relativos a “partes relacionadas”.

23 Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	7.436,48	-	7.757,81
Impostos s/ rendimento - IRS	-	7.460,15	-	8.386,56
Contribuição Segurança Social	-	8.310,21	-	8.975,03
Outros impostos	1.189,36	-	301,74	-
Total	1.189,36	23.206,84	301,74	25.119,40

24 Outras contas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

	2015	2014
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	62.531,48	52.047,82
Mediadores	29.571,25	19.532,52
Outros credores	14.016,33	16.750,92
Outras contas a pagar	106.119,06	88.331,26

A rubrica de remunerações a liquidar tem registado a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar no ano seguinte.

25 Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhado conforme se segue:

	2014			2014		
	Valor	%	variação anual	Valor	%	variação anual
Comissões de subscrição	26.138,17	4%		27.328,82	4%	(5.154,00)
Comissões de gestão	634.946,91	94%		663.776,41	92%	10.590,00
Comissões de reembolso	191,18	0%		674,06	0%	(5.158,00)
Serviço gestão de fundos alheios	2.957,73	0%		2.954,78	0%	(2.563,00)
Comissão de resseguro	1.158,50	0%		4.410,90	1%	(173,00)
Total das prestações de serviços	665.392,49	98%		699.144,97	97%	(2.458,00)
Juros obtidos	11.064,86	2%		15.850,76	2%	(6.429,00)
Dividendos	632,17	0%		4.355,26	1%	(191,00)
Total do rédito	677.089,52	100%		719.350,99	100%	(9.078,00)

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos e ganhos”, conforme se especifica na nota 29.

26 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Trabalhos especializados	43.523,29	44.805,99
Publicidade e Propaganda	34.596,02	23.208,27
Honorários	21.755,38	21.950,89
Comissões	19.644,52	16.158,76
Conservação e reparação	3.218,40	4.997,65
Outros trabalhos especializados	12.958,04	13.456,21
Materiais	3.903,52	6.047,93
Energia e fluidos	5.121,00	6.763,91
Deslocações e estadas	9.302,00	15.642,38
Rendas e alugueres	51.513,83	56.419,48
Comunicação	15.014,87	17.106,43
Seguros	15.779,77	15.269,68
Outros serviços diversos	35.227,07	39.924,22
	271.557,71	281.751,80

Os trabalhos especializados incluem, entre outros, serviços de consultoria e informática e apoio na prospecção comercial.

27 Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	62.200,15	63.466,64
Remunerações do pessoal	308.597,84	282.389,81
Complementos facultativos de reforma	5.446,93	7.191,18
Encargos sobre remunerações	78.302,09	70.360,59
Seguros de acidentes de trabalho e doenças	2.085,45	2.540,39
Outros gastos	2.006,10	1.705,09
	458.638,56	427.653,70

A Sociedade tinha, no seu quadro de pessoal permanente, em 31 de Dezembro de 2015, treze funcionários.

28 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Obrigações	(139,54)	(138,28)
Ações	(3.839,98)	(44.505,09)
Unidades de participação	1.906,98	3.406,07
Reduções	-	-
	(2.072,54)	(41.237,30)

29 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Aplicação método de equivalência patrimonial	2.388,91	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros	110.839,45	66.365,72
Juros obtidos (Nota 25)	11.064,86	15.850,76
Dividendos obtidos (Nota 25)	632,17	4.355,26
Correções relativas a períodos anteriores	7.041,09	16.102,92
Outros não especificados	124,28	8,61
Total	132.090,76	102.683,27

30 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Impostos	-	171,96
Perdas em outros instrumentos financeiros	6.512,78	1.604,35
Bonificações de fidelidade	36.372,86	33.859,00
Quotizações	6.732,00	5.770,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.623,06	114,41
Garantias atribuídas a clientes	3.948,27	123.492,78
Outros	905,73	233,15
	56.094,70	165.245,65

31 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32 Informações exigidas por diplomas legais

A sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com os honorários do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da sociedade cifram-se no montante de €15.682,50 no ano de 2015, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2015

Senhores Accionistas,

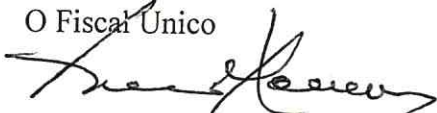
1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Fiscal Único da sociedade SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do balanço, das demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como do anexo às demonstrações financeiras, elementos estes preparados pelo Conselho de Administração e que acompanhavam o relatório de gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, vem apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único, com a periodicidade que julgou conveniente, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios, através dos contactos que estabeleceu com os serviços e com o Conselho de Administração, com quem manteve estreita colaboração, tendo tido acesso às actas deste órgão, bem como a toda a documentação considerada necessária, não tendo no decurso destas e de outras diligências tomado conhecimento de qualquer situação relevante que viole as disposições legais e estatutárias.
3. O Fiscal Único no decurso dos contactos estabelecidos, exercitou as competências formuladas no art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo designadamente apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e consistentes com os exercícios anteriores e apreciado o funcionamento do sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno. Os procedimentos de auditoria executados revelaram que, de uma forma geral, se mantêm operacionais os processos de funcionamento da empresa, designadamente no que respeita à gestão de riscos e ao controlo interno, introduzidas em anos recentes, havendo a intenção de continuar o esforço de melhoria de forma a responder, cabalmente, às exigências regulamentares sobre a matéria.

4. O Fiscal Único considera que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, acima referidas, são peças adequadas à compreensão da situação financeira da empresa no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade. A correspondente informação financeira está suportada por registos contabilísticos e documentos apropriados e foi adequadamente preparada.
5. Em documento separado, na sua qualidade de Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da certificação legal das contas, a qual deve ser tomada como parte integrante deste relatório.
6. Considerando as conclusões do trabalho que desenvolveu, o Fiscal Único, ao mesmo tempo que agradece as referências que lhe são feitas pelo Conselho de Administração no seu relatório, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o relatório de gestão e o conjunto das demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) que a aplicação do resultado seja efectuada de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma eficiente como conduziu os negócios da empresa não obstante as dificuldades do mercado e a todos os empregados pela sua colaboração dedicada.

Lisboa, 18 de Março de 2016

O Fiscal Único

(Francisco Xavier Alves)
ROC 1112

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2015

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.298.964,14 € e um total de capital próprio de 1.156.419,75 €, incluindo um resultado líquido negativo de 18.708,79 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

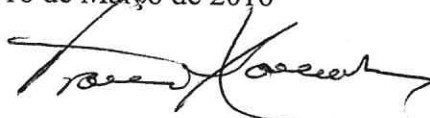
ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa, chama-se a atenção para o seguinte:
 - Nota 21 do Anexo no que se refere a passivos contingentes que resultam de liquidações de imposto de selo pela Autoridade Tributária as quais, segundo a opinião da empresa, sustentada por pareceres de especialistas fiscais, com forte probabilidade virão a ser anuladas;
 - O exame a que procedi com vista a obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes, restringiu-se às demonstrações financeiras da sociedade gestora, tendo ficado excluída, por não pertencer às minhas atribuições, a revisão das contas dos fundos sob sua gestão.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de Março de 2016



(Francisco Xavier Alves)
ROC 1112